

Ofício 3.498/2020

De: Raquel L. - GAB

Para: Luiz Ferreira Torres Filho

Data: 16/12/2020 às 12:34:22

Setores envolvidos:

GAB

Encaminha Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor Luiz Ferreira Torres Filho Presidente da Câmara Municipal de Caruaru - PE

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, apresentar o Projeto de Lei em anexo que "Altera a Lei Municipal nº 5.244, de 27 de julho de 2012 e dá outras providências."

Para melhor análise da proposta, encaminho a justificativa necessária à sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos llustres Vereadores, em regime de urgência.

Atenciosamente,

_

Raquel Lyra Prefeita

Anexos:

PROJETO DE LEI - MENSAGEM 016 - Altera Lei 5244-2012.pdf

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/e informe o código 2F45-7BFB-C8E2-C295



MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 016/2020

Excelentíssimos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores Senhora Vereadora

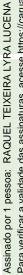
Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, por via de convocação ordinária, em regime de urgência, com fundamento no art. 40 da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru, o incluso Projeto de Lei que "Altera a Lei Municipal nº 5.244, de 27 de julho de 2012 e dá outras providências."

O presente projeto reforça a visão da gestão municipal em preservar os recursos naturais e a questão da saúde pública associada à destinação dos resíduos sólidos, já que o manejo desses resíduos de forma correta propicia um ambiente saudável, econômico e mais seguro para todos.

Deste modo, a presente proposição tende a modernizar o modo operacional e de fiscalização desempenhada pela atual Administração Pública, de forma a atender às necessidades da sociedade quanto ao manejo correto dos resíduos, podendo melhor atender ao fiel cumprimento da Lei.

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande relevo social, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores com a certeza de que Vossas Senhorias reconhecerão a importância desta iniciativa.

RAQUEL LYRA Prefeita







PROJETO DE LEI Nº /2020.

Altera a Lei Municipal nº 5.244, de 27 de julho de 2012 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, art. 28 da Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte

PROJETO DE LEI:

Art. 1º O art. 9º da Lei Municipal nº 5.244, de 27 de julho de 2012, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9° A competência para fiscalização dessa Lei, bem como para imposição das sanções dela decorrentes, cabe a Secretaria de Serviços Públicos, a Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes e a URB Caruaru." (NR)

Art. 2º O inciso I, do Art. 14, da Lei Municipal nº 5.244, de 27 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2"...

I - depositá-lo em calçadas, vias ou logradouros públicos, em quantidade superior a prevista nesta lei para coleta regular, conforme tabela abaixo, sem o adequado acondicionamento ou quando não for providenciada a remoção e devida finalidade ao material residual da obra. (NR)

Penalidade:

| Unifamiliar | |
|-------------------------|---------|
| Volume | UFMs |
| Até 1 m³ | 100 |
| De 1,01m³ a 6m³ | 250 |
| De 6,01m³ a 10m³ | 500 |
| Acima de 10,01m³ | 1.000 |
| Unidade não Unifamiliar | |
| Volume | UFM |
| Até 10m³ | 1.000 |
| De 10m³ a 100m³ | 5.000 |
| Acima de 100m³ | 50.000 |
| | 1 11000 |

Art. 3º Fica revogado o art. 15, da Lei Municipal nº 5.244, de 27 de julho de 2012.





Art. 4º Os incisos I e II do art. 16, da Lei Municipal nº 5.244, de 27 de julho de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. ...

I - transportar ou acondicionar resíduos de forma inadequada, inclusive não evitando o derramamento do material nas vias ou logradouros públicos, e em condições que tragam outros inconvenientes ao bem estar publico, podendo ocorrer apreensão do veículo ou equipamento, quando da constatação de reincidência ou iminência de risco a segurança da população.

Penalidade: Multa de 10.000 UFM; (NR)

II - constatação de atividade/prestação sem aprovação do Projeto de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil.

Penalidade: Multa de 10.000 UFM, sem prejuízo das demais sanções e penalidades previstas na legislação vigente." (NR)

Art.5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jaime Nejaim, 16 de dezembro de 2020; 199º da Independência; 132º da República.

RAQUEL LYRA
Prefeita

